

A diferença entre *Morar* & *Viver*



Imagem: Miriam Santini de Abreu

Muitas construtoras chiques nas maiores cidades do Estado usam o slogan "A diferença entre morar e viver" para fazer propaganda de seus empreendimentos. Ele é perfeito. Existe uma diferença gigantesca entre morar em uma cidade e viver nela. Dia desses, ao caminhar distraída na rua que leva até minha casa, levei um susto. Na esquina dela com outra, havia um tapume altíssimo, que já estava lá, mas com um "pequeno" detalhe: um banner gigante, maior do que o tapume, revela como será o prédio que ali irão erguer. Detalhes como árvores e carros fazem parte do banner, e dão a impressão de que o prédio parece estar pronto.

É um prédio cujos apartamentos serão acessíveis a um número mínimo de compradores. E isso é comum na capital do Estado, onde os imóveis ditos populares, financiados com dinheiro público para famílias de baixa renda, tem 42 metros quadrados. Foi uma luta para que, em algumas comunidades, essa metragem passasse para 55 metros quadrados, respeitando as particularidades e o tamanho de cada família. Além disso, adota-se um modelo de moradia reproduzido desde o regime militar, e mesmo atualmente, que ignora áreas de lazer e de serviços. O "popular", para o poder público, não precisa dessas coisas.

Por isso digo que quem "vive" em uma cidade pode desfrutar tudo o que nela há de bom. Mas quem apenas "mora" vê a cidade de dentro de um ônibus lotado, a caminho ou voltando do trabalho. E, no final de semana, tem que se contentar com programas ridículos na tevê aberta, porque as de sinal fechado, onde estão quitutes mais finos, não são para qualquer um. O preço pelo fino biscoito é salgado.

Em Florianópolis há uma discussão justamente sobre o direito à paisagem. Grandes empreendimentos imobiliários estão comprando terras – o ponto da moda agora é a praia do Campeche, no Sul da Ilha – e ali instalam condomínios em áreas de duna e de restinga, dando sempre

um jeito de driblar as leis. Praias são tomadas como exclusivas, e áreas antes comuns viram caros terrenos à venda. A natureza, como tudo o mais no sistema capitalista, é mera mercadoria. E não dá para se enganar com discursos do tipo "faça a sua parte", "recicle", "tome banho em cinco minutos", porque as medidas para mudar o rumo de destruição do planeta envolvem a discussão do sistema sobre o qual essa destruição se alimenta e gera muito, muito dinheiro.

O grande geógrafo brasileiro Milton Santos diz que "a história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno", e que "a natureza artificializada marca uma grande mudança na história da natureza humana".

Hoje, mesmo o mais remoto rincão da Amazônia não está livre do olho grande do lucro, porque, a pretexto de preservar, ONGs de todo o tipo recebem dinheiro público e privado para seus projetos, muitas vezes de empresas com histórico de depredação da natureza e que depois alardeiam a preocupação que têm com a "responsabilidade sócio-ambiental".

A grande mídia em Santa Catarina, parte do sistema que alimenta esse processo, não dá espaço para que se discuta a fundo a apropriação privada da água, da terra, dos recursos minerais. E, cada dia mais, muitos "moram" e poucos "vivem". A grande maioria, submetida ao transporte coletivo precário, ao alto custo das atividades culturais, à restrição das paisagens, não consegue usufruir do que a cidade oferece. Mas, sim, a resistência a isso e a semente para plantar uma cidade para todos partem de vários lados. Por isso recomendo o documentário "Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá", de 2006 (Direção de Silvio Tandler), que inspira o debate sobre a sociedade brasileira e a construção de um novo mundo.

Afinal, quem aí quer viver numa cidade onde só possa ficar atrás dos tapumes?

Por Miriam Santini de Abreu

INTER-SINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1079 - 12 de maio de 2011

IMPRESSO

Audiência pública debate impactos da queda da energia elétrica em SC

Lutas históricas da Intercel sustentaram os principais encaminhamentos da Audiência Pública que, nesta quarta-feira, dia 11 de maio, discutiu os impactos da queda da energia elétrica em diversas regiões catarinenses. A atividade, realizada na Assembleia Legislativa, deixou claro que o discurso e as práticas de gestão da presidência da Celesc não podem ficar descoladas da política e nem se concentrar apenas em aspectos técnicos. A manifestação inicial e final do presidente, Antônio Gavazzoni, praticamente não deu espaço para o que move a empresa: os trabalhadores.

Os encaminhamentos da Audiência, proposta pelo deputado Dirceu Dresch, foram:

- que a Celesc apresente um plano de recuperação para problemas emergenciais, e não apenas para medidas de médio e longo prazo;

- rever as regras de relação entre a Celesc e a Aneel que dificultam a solução dos problemas apontados, porque a Agência é que regula questões fundamentais como as tarifas;

- rever a posição do BNDES em relação à não-concessão de financiamentos públicos, visto que o banco concede grandes montantes de recursos para a iniciativa privada;

- criar Grupos de Trabalho que estudem formas de reduzir impostos para pequenos agricultores na hora de pagar a conta da energia consumida e de indenizar os consumidores que têm prejuízos por causa das quedas de fornecimento do serviço;

- manter a capacitação dos quadros de forma permanente e abrir concurso público.

O coordenador da Intercel, Orlando Nestor Grotter, ao fazer o contraponto ao discurso de Gavazzoni, disse que não adianta a empresa mostrar volumes de papéis com os planos e metas, como fez o presidente na Audiência, se a realidade cotidiana é a falta de energia, atendimento precário, falta de limpeza de rede, falta

de materiais e viaturas em péssimo estado, carência de trabalhadores, de equipamentos e material sucateado. "O empregado tem que se virar de qualquer jeito. Temos que resolver os problemas do dia-a-dia, quando a responsabilidade é da diretoria da Celesc", afirmou ele, alertando que grandes investimentos são importantes, mas os pequenos investimentos não podem ser ignorados. Neste sentido, Daniel Passos, do Dieese e assessor da Intercel, ressaltou que é preciso, além de discutir o problema da queda de energia, alvo da Audiência, focar o problema também em um plano mais amplo, no setor elétrico em sua totalidade.

Gavazzoni citou vários indicadores, dizendo que a Celesc está em melhor posição em relação às demais distribuidoras do país. Segundo ele, o maior desafio da empresa é trabalhar para renovar a concessão em 2015, e para isso está sendo investido R\$ 1 bilhão e 80 milhões. A fala do presidente foi recheada de expressões como "gestão corporativa", "gestão por indicadores", "metodologia científica", "inovação", "metas e medição", "metodologia de gerenciamento de riscos" e "política de consequências". São expressões típicas do modelo neoliberal implantado no Brasil nos anos 80, quando iniciou a farrá das privatizações. Vamos ver como essas expressões irão se concretizar na prática efetiva desta gestão, que completou quatro meses, especialmente em relação aos trabalhadores.

Saúde do Trabalhador

O diretor da Imprensa do Sinergia, Rinaldo de Souza, assim como Grotter, mencionou temas como política de saúde e segurança do trabalhador, terceirização e precarização do serviço e da relação de trabalho, ausentes na fala do presidente. A deputada Ana Paula Lima foi na mesma linha: "Se a Celesc está funcionando, se deve ao trabalho dos empregados e

à sua dedicação". Ela observou que, em cidades como Blumenau, faltam capacitação, material, medidores e conectores, equipamentos básicos e emergenciais. "Não é possível conviver com essa situação." Ela disse que

espera, da Celesc, respostas mais concretas para os problemas no meio urbano e rural no que se refere ao fornecimento de energia e às consequências enfrentadas pela população (continue lendo na página 2).



Imagem: Miriam Santini de Abreu

Produtores têm perdas em vários setores

Representantes de agricultores e vereadores e deputados de diferentes municípios do Estado participaram da Audiência Pública na Alesc e relataram como a falta de energia provoca prejuízos financeiros nas diferentes regiões catarinenses.

Alexandre Bergamin, da Fetraf-Sul (agricultura familiar), relatou perdas na produção de frangos, de fumo, ainda mais em um contexto no qual os produtores, como os integrados às grandes

empresas do setor, têm que investir cada vez mais e assim expandir o consumo de energia: "Podem ser problemas pontuais, mas provocam perdas de renda e dificultam a permanência na propriedade. O governo precisa fazer investimentos no meio rural, até porque as empresas integradoras exigem dos integrados, se preocupando com o bem-estar animal de frangos e suínos, mas quem trabalha recebe até menos que o custo de produção.

Queremos discutir a indenização desses produtores e, para a agricultura familiar, a redução de imposto para se ter incentivo maior na produção. O fato é que torres de alta tensão cruzam nossas propriedades, e ainda assim os produtores enfrentam falta de luz".

O promotor Marcelo Zanelato, do Ministério Público Estadual, disse que a Audiência foi importante para colher subsídios para que o MP possa cumprir seu

papel, como ocorreu em inquéritos civis instaurados por interrupções sistemáticas de energia.

Na resposta aos questionamentos, chamou a atenção o fato de Gavazzoni questionar a fonte dos dados sobre a dispensa e inexigibilidade de licitação para serviços terceirizados em 2010 e 2011, citados pelo deputado Dirceu Dresch. Os dados foram extraídos do site da empresa.



ALÔ! O PROBLEMA NÃO ESTÁ SENDO RESOLVIDO

Ilustração: Frank Maia

ELETROSUL/ ELETROBRAS

Aplicação da Verba de 1% e Comparativo Salarial

Em resposta aos questionamentos feitos pelos Sindicatos integrantes da Intersul, a diretoria da Eletrosul, no dia 14 de março, informou que: "Quanto a momento e forma de aplicação da verba de 1% da Folha de Pagamento, a título de movimentações, a ELETROSUL ainda não tem esta definição, eis que o assunto está aos cuidados da empresa Holding." Com relação a apresentação de estudo do comparativo salarial entre as empresas do Sistema Eletrobras, a diretoria da Empresa se limitou a dizer que "as áreas envolvidas com o tema estariam buscando obter informações junto à Holding".

No dia 27 de abril, a Intersul encaminhou nova correspondência à direção

da Eletrosul solicitando uniformidade de procedimentos quanto à aplicação da verba de 1% da folha que ocorreu recentemente na Eletrobras e Cepel e voltou a cobrar informações acerca do quadro comparativo salarial das empresas do grupo Eletrobras. O que chama a atenção é a omissão da diretoria da Eletrosul quanto a estes fatos e a outros que vêm ocorrendo, como, por exemplo, o descumprimento das regras do PCR pela diretoria da Eletrobras.

Até quando a Eletrosul irá aguardar a "definição da Eletrobras" sobre a aplicação da verba de 1% e até quando o quadro comparativo salarial das empresas ficará restrito a poucas pessoas? Apreçoam tanto a transparência nas empresas, mas ainda vigora o famoso

"jeitinho" e as "ilhas de poder". Quando se é conveniente as informações são divulgadas, quando não, "mantidas a sete chaves". Os Sindicatos que compõem a Intersul entendem que, para além da retórica de valorização do quadro de pessoal e do discurso de respeito às regras, a diretoria da Eletrosul deveria ser coerente em sua prática.

O governo federal tem dito que, em respeito às peculiaridades e a cultura de cada empresa do grupo, mesmo com a unificação da Eletrobras estas não perderiam a sua autonomia. No entanto, deveria ser observados os procedimentos comuns a todas. E, neste caso, como fica? Com a palavra a diretoria da Eletrosul.

No CeFA, mudança de prédio coloca trabalhadores na "dança das cadeiras"

A Direção de Gestão Corporativa da Celesc respondeu ofício do Sinergia sobre as condições em que estão sendo transferidos os trabalhadores do CeFA (no sul da Ilha), que será desativado no final deste mês. A Diretoria do Sinergia criticou o fato de a empresa, para eliminar custos, negociar a área física sem qualquer participação dos empregados.

Respeito

Os trabalhadores receberam orientação via e-mail corporativo para procurarem um novo local para trabalhar, podendo ser no DPSU, DPDO ou DPAD. Ora, existem empregados com mais de trinta anos de serviços prestados naquela área e que devem ser tratados com respeito por um profissional adequado. O Sinergia solicitou o acompanhamento de um Assistente Social para conversar individualmente com cada trabalhador, intermediando as transferências de maneira a respeitar a individualidade de cada um e atendendo as necessidades da empresa.

A Celesc respondeu que os trabalhadores lotados na área de ensino e capacitação irão continuar neste setor, que será transferido para a Administração Central. Mas, "no tocante aos demais empregados, os quais exercem atividades administrativas e operacionais, sem relação direta com ensino e capacitação, estes serão lotados nas áreas afins na Administração Central, com o fito de executarem atividades compatíveis com os cargos que ocupam na estrutura da Celesc Distribuição".

A Direção de Gestão Corporativa disse ainda que a lotação é prerrogativa da empresa, mas que "os empregados foram consultados sobre as preferências de lotação, respeitando em cada caso as atividades inerentes estabelecidas no Plano de Cargos e Salários".

Até o dia 11 de maio, conforme os trabalhadores, a Assistente Social que, segundo a empresa, iria acompanhar o processo, não apareceu no local.



IMAGEM: SXC.HU

Transparência? Discurso é um, prática é outra

Não é novidade na Celesc, infelizmente, o descompasso entre discurso e prática. A presidência diz que trabalha com todo um método de gestão, que tem missão e valores pautados na "ética, transparência, profissionalismo, responsabilidade social e ambiental e segurança e qualidade de vida".

Já se ouviu declarações como "Não vai ter amiguinho na minha diretoria", feita por um diretor no debate entre os candidatos na eleição para diretor, realizada em agosto de 2009. E ele ainda acrescentou: "Os cargos da Diretoria Comercial serão preenchidos por critérios estritamente técnicos."

Assim, como o combate à inadimplência é uma das prioridades da Celesc, vale tornar pública a formação e a experiência do empregado da Agência Regional de Chapecó que está na função de Assessor de Inadimplência da Diretoria Comercial, conforme a resolução nº 074/2011, de 04/04/2011.

É hora de ser transparente também em outras questões, como no caso de quem vai ganhar PDVI até 2013 e agora virou Assessor da Presidência para tratar com as Regionais. Qual é o critério e a forma como são selecionados os Assessores Especiais? Ética e transparência não podem ser apenas palavras bonitas no site da empresa.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalista responsável: Miriam Santini de Abreu (DRT/RS 8077). Conselho Editorial: Rinaldo de Souza. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

dos afastamentos. Inclusive, algumas tem procurado auxílio psicológico. Destas quatro, uma não trabalha há mais de um ano por motivo de doença. E a roda continua girando. Quando uma delas se ausenta, a demanda não diminui, o que só faz aumentar a carga de quem faz o trabalho.

Está claro que não são as telefonistas que devem resolver o problema, e sim a Gestão da Celesc. Mas enquanto a situação continuar, fica claro uma coisa: o problema não resolvido aqui acaba ressoando acolá.

Governo acerta com centrais discussão sobre fator previdenciário

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) acertou com as centrais sindicais que o governo vai reabrir as discussões sobre o fim do fator previdenciário. Ficou definido ainda que as centrais devem conhecer proposta do governo para a desoneração da folha de pagamento, que encontra resistência dos sindicalistas. A expectativa é que a discussão sobre o fim do fator previdenciário seja encerrada até o início de junho para o texto seguir para o Congresso.

O fator reduz os benefícios de quem se aposenta mais cedo, levando em consideração quatro elementos para o cálculo do benefício: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de vida.



IMAGEM: SXC.HU